



SOCIEDADE

Casamento infantil, uma chaga cultural

Uma em cada quatro brasileiras com menos de 18 anos mantém vida conjugal assumindo responsabilidades dos adultos. É o que alerta o Fundo de População das Nações Unidas. O Brasil ocupa a sexta posição no mundo

» RAFAELA BOMFIM*

O Brasil tem o maior número absoluto de uniões envolvendo pessoas com menos de 18 anos na América Latina e ocupa a sexta posição no mundo, segundo dados reunidos pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A realidade é o foco da campanha “Casamento é coisa de adulto”, lançada no dia 14, para esclarecer, debater e combater a naturalização dessas relações, fortalecendo a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O Censo Demográfico de 2022 identificou 34.202 crianças de 10 a 14 anos vivendo algum tipo de união conjugal no país. Do total, 77% eram meninas e 69% eram pretas ou pardas. A maior parte das relações, 86,6%, era informal, sem casamento civil ou religioso. O número não inclui adolescentes de 15 a 17 anos. Segundo esses dados, uma em cada quatro jovens brasileiras entrou em uma união antes da maioridade. Nas últimas décadas, mais de 22 milhões de mulheres brasileiras entre 20 e 24 anos tiveram uma união antes dos 18 anos.

Para o UNFPA, casamento infantil é qualquer união, formal ou informal, em que pelo menos uma das pessoas envolvidas tem menos de 18 anos. Estimativas disponíveis indicam que uma em cada quatro jovens brasileiras entrou em uma união conjugal antes de completar a maioridade. O fenômeno nem sempre aparece como casamento nos registros oficiais.

No Brasil, muitas dessas uniões são realizadas de maneira informal, quando meninas passam a morar com companheiros e assumem responsabilidades de uma vida conjugal. Por vezes, as famílias e as comunidades aceitam a situação e interpretam como decisão privada.

“Quando falamos em casamento infantil, muitas pessoas imaginam uma cerimônia formal ou uma situação explicitamente forçada”, afirma Florbela Fernandes, representante do UNFPA no Brasil. Segundo ela, no geral envolvem meninas em situação de pobreza e parceiros mais velhos, com diferenças de idade, renda, poder e autonomia.

A entrada precoce em uma relação pode interferir na permanência escolar e reduzir oportunidades de formação e trabalho. A situação também está associada à dependência econômica, à gravidez precoce e à maior exposição a diferentes formas de violência.

Sem perspectivas

Pobreza, exclusão escolar, violência e falta de perspectivas podem contribuir para que essas relações sejam apresentadas como possibilidades de proteção, amor ou estabilidade. Para o UNFPA, entretanto, uma união nessas condições pode ampliar desigualdades e limitar as escolhas das meninas.

“Uma relação que parece oferecer proteção pode, na prática, aprofundar desigualdades e limitar as possibilidades de escolha dessas meninas. Enfrentar o casamento infantil significa ampliar oportunidades para que crianças e adolescentes possam estudar e desenvolver seus próprios projetos de vida”, afirma Florbela Fernandes.

Karla Felix, advogada da área de família, adverte: “Quando uma criança ou adolescente assume responsabilidades conjugais pode deixar de ter condições de viver plenamente essa fase da vida. A união pode dificultar a permanência na escola, se acompanhada de gravidez, maternidade e responsabilidades domésticas”. Em seguida, ela acrescenta: “Uma união pode produzir consequências patrimoniais, familiares e pessoais”.

Para Karla, a proteção deve preservar o direito de crianças e adolescentes. “Proteger menores de 18 anos dessas responsabilidades significa preservar o direito de viver a infância e a adolescência, estudar, desenvolver autonomia e chegar à vida adulta com mais condições de fazer escolhas verdadeiramente livres”, disse.

A advogada Hangra Leite, especialista em direito da mulher e família, afirma que o debate precisa ultrapassar a ideia de que essas uniões são apenas uma



Números que assustam e acendem luz vermelha

34.202 crianças — número de pessoas de 10 a 14 anos que viviam algum tipo de união conjugal no Brasil em 2022
77% meninas — percentual identificado pelo Censo de crianças que têm de 10 a 14 anos em vida conjugal
69% pretas ou pardas — parcela das crianças nessa situação que se declararam pretas ou pardas
86,6% das uniões informais — percentual das relações entre crianças de 10 a 14 anos sem registro de casamento civil ou religioso
1 em cada 4 jovens — estimativa indica que uma em cada quatro brasileiras entrou em uma união antes dos 18 anos
Mais de 22 milhões de mulheres — estimativa de brasileiras entre 20 e 24 anos que tiveram uma união antes da maioridade, com base em dados disponíveis da PNDS de 2006
1º lugar na América Latina — posição do Brasil em número absoluto de uniões envolvendo pessoas com menos de 18 anos
6º lugar no mundo — posição ocupada pelo país nesse indicador
10 a 14 anos — faixa etária considerada no dado de 34.202 crianças

registrado pelo Censo 2022
15 a 17 anos — faixa que não está incluída no número de 34.202 crianças e que amplia a dimensão do fenômeno entre menores de 18 anos
Menores de 16 anos — atualmente não podem se casar no Brasil
16 e 17 anos — adolescentes nessa faixa podem se casar mediante autorização dos pais ou responsáveis.
2019 — ano em que a legislação brasileira passou a proibir o casamento de pessoas com menos de 16 anos
15 de julho de 2026 — data em que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou proposta que torna nulo, em qualquer circunstância, o casamento de pessoas com menos de 16 anos
18 anos — idade mínima defendida pelo UNFPA para qualquer casamento ou união
Mais de 50 países — segundo o UNFPA, já estabeleceram 18 anos como idade mínima para o casamento



Enfrentar o casamento infantil significa ampliar oportunidades para que crianças e adolescentes possam estudar e desenvolver seus próprios projetos de vida”

Florbela Fernandes, representante do UNFPA no Brasil

questão cultural ou uma decisão familiar. “Muitas vezes, o casamento infantil é tratado como uma questão cultural ou como uma decisão da família. A campanha ajuda a mostrar que estamos falando de crianças e adolescentes que precisam ser protegidos”, afirma.

Atenção

Para Hangra, a mensagem central da campanha é que crianças não devem assumir responsabilidades próprias da vida adulta. “Casamento é responsabilidade de adulto. Criança precisa estudar, brincar, conviver com outras crianças e ter oportunidade de construir o próprio futuro”, diz.

A especialista ressalta, porém, que a conscientização precisa estar acompanhada de políticas públicas. “Não adianta simplesmente dizer para uma menina não se casar se ela vive em uma situação de pobreza, não tem acesso adequado à

educação ou não enxerga nenhuma outra possibilidade para a própria vida”, afirma.

A discussão chegou ao Congresso Nacional. Em 15 de julho, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, uma proposta que torna nulo, em qualquer circunstância, o casamento de pessoas com menos de 16 anos.

Desde 2019, a legislação brasileira proíbe esses casamentos. O Código Civil, porém, ainda os classifica como “anuláveis” em determinadas situações, o que permite questionamentos sobre sua invalidação. A proposta aprovada pela CCJ elimina essa possibilidade e estabelece a nulidade para todos os efeitos. Para o UNFPA, a mudança representa um avanço, mas não encerra a discussão sobre a proteção de menores de 18 anos.

A entidade defende que o Brasil estabeleça 18 anos como idade mínima para qualquer união, formal ou informal. A posição segue recomendações do Comitê para

a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Cedaw) e do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, que defendem os 18 anos como referência para o casamento. De acordo com a UNFPA, quaisquer mudanças devem ser acompanhadas de políticas de permanência escolar, proteção social, acesso à saúde, apoio às famílias, oportunidades de autonomia econômica e fortalecimento das redes locais de proteção. A campanha “Casamento é coisa de adulto” reúne uma página especial com dados e informações sobre o tema. O conteúdo inclui um mapa com o número de uniões por estado e materiais sobre as causas, características e consequências das relações antes dos 18 anos. Qualquer pessoa pode participar das ações de conscientização e enfrentamento. “Uma criança não deveria precisar assumir responsabilidades de adulto antes mesmo de ter a oportunidade de escolher o que quer ser e construir o próprio futuro”, afirmou Hangra Leite.

*Estagiária sob supervisão de Fabio Grecchi

Só depois dos 16

A legislação brasileira é bastante severa: menores de 16 anos não podem se casar no país, não há exceções. Adolescentes de 16 e 17 anos só podem formalizar a união mediante autorização dos pais ou responsáveis. Especialistas defendem que é necessário discutir uma idade mínima única. Mais de 50 países estabeleceram como idade mínima para o casamento — 18 anos —, como Suécia, Finlândia, Alemanha, México, Colômbia, Peru e Bolívia.

Porém, a inexistência de legislação específica abre lacunas para que costumes culturais se perpetuem, permitindo, por exemplo, que vários países naturalizem os casamentos infantis. Não faltam exemplos, como Níger, Chade, Mali, Guiné, Bangladesh, Índia e Afeganistão, entre outros.

A organização não governamental childhood alerta que a gravidez precoce é um fator intimamente relacionado ao casamento infantil. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 90% dos casos de gravidez na adolescência no mundo são com garotas casadas.

Na adolescência, o corpo corre riscos mais altos de saúde (para a gestante e o feto), incluindo risco de vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as complicações na gravidez e no parto são a principal causa de morte em meninas de 15 a 19 anos. É fundamental que todos os setores da sociedade garantam os direitos de meninas à saúde, educação, liberdade, informação, respeito e proteção contra qualquer tipo de violação.

A advogada Hangra Leite, especialista em direito da mulher e da família, é bastante incisiva na defesa da definição clara sobre a idade de 18 anos como o limite mínimo para as uniões. “Aos 18 anos, temos uma referência mais clara de que aquela pessoa já pode assumir as responsabilidades de uma vida adulta”, afirma. Ela também chama atenção para as uniões nas quais a menina passa a morar com um companheiro sem necessariamente existir um casamento registrado.

“O problema é que, quando falamos de casamento infantil, não estamos falando apenas do casamento registrado no papel”, analisa a especialista.